



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO: Estilo de vida e apropriação social em cidades intermediárias

CARDOSO, Antônio Dimas

Doutor em Sociologia

Universidade Estadual de Montes Claros/Brasil

antonio.dimas@unimontes.br

Resumo

O artigo discute a noção sociológica de espaço, na concepção de Jean Rémy, identificando formas de apropriação e transação social em cidade intermediária, no caso Montes Claros/Brasil. Problematisa as condições de moradia, tendo a política habitacional no Brasil como referência de investigação. Examina o fenômeno da mobilidade social a partir do conceito de “transação social”.

Abstract

The article discusses the sociological concept of space, the design of Jean Rémy, identifying forms of ownership and social transaction in intermediate cities, in the case Montes Claros/Brazil. It discusses the conditions of housing, with reference of research, policy habitational in Brazil. Examines the phenomenon of social mobility starting from the concept of “social transaction”.

Palavras-chave: cidade; urbano; espaço; apropriação; intermediário

Keywords: city; urban; space; ownership; intermediate

[PAP0888]

Introdução

Tendo como referência a noção sociológica de *espaço*, cotejada das pesquisas de Jean Rémy na Universidade de Lovaina, este trabalho discute estilo de vida e formas de apropriação em “cidades intermediárias”. Procura estabelecer uma comparação da noção que se tem do conceito *intermédiaire*, tanto em Portugal como no Brasil, considerando seu aspecto primordialmente interpretativo (Gault, 1989). No entanto, ao estudar espacializações do social, tendo como referência a noção de “cidade intermediária”, a análise procura assimilar uma situação concreta, como propõe Jean Rémy (1992) – juntamente com Liliane Voyé –, quando desenvolve sua interpretação de espaço e de *transação social*.

O nosso interesse é discutir a pertinência prática do conceito – apesar de contextos diferenciados de cada cidade – por considerar que a expansão urbana atinge proporções históricas e universais. Entende-se que o estudo do fenômeno urbano, suas dinâmicas sócio-culturais e mobilidades passam pela construção de um paradigma sociológico que extrapole a visão funcionalista do “urbanismo”, cuja interpretação de urbanização e posições intermédias das cidades é definida como processo que integra a mobilidade/fluxo regional, não apenas de pessoas e de bens, mas também de mensagens e de idéias na vida cotidiana.

Como “situação concreta”, a referência empírica é a cidade de Montes Claros, com cerca de 400 mil habitantes, localizada na Região Alto Médio São Francisco, ao Norte do Estado de Minas Gerais, que consideramos “intermediária”. Montes Claros é a maior aglomeração urbana de Minas Gerais situada numa região de interseção no eixo Sul/Sudeste e Nordeste do Brasil, onde se verifica intensa mobilidade espacial, difusa e generalizada, num aglomerado urbano de 97 km². É a principal cidade-pólo de uma região com uma população aproximada de 2 milhões de pessoas, que se constituem em potenciais consumidores de bens e serviços disponibilizados diariamente pela economia local.

Transação social e apropriação como construção sociológica do espaço

A cidade é, por excelência, o lugar onde os indivíduos, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de uma “unidade social”, cujas formas de apropriação do espaço são intercambiáveis. Assim, simultaneamente, conforme o contexto investigado, a cidade e o rural apresentam-se como espaços onde indivíduos e grupos sociais interagem, coexistindo, apesar de ambivalências e diferenças entre si.

Para dar conta dessa complexidade, Rémy desenvolve o conceito de “transação social”ⁱ, no esforço analítico de identificação de situações determinadas, relacionando categorias como estrutura e ação, ator e sistema, acontecimento e rotina e processos de apropriação e mobilidade.

O conceito remyano de “transação social” visa extrapolar, portanto, a visão morfológica de espaço – tão recorrente em abordagens descritivas do fenômeno urbano – possibilitando ao cientista social aguçar sua interpretação a respeito de condicionamentos estruturais sobre os indivíduos em sua vida social (Rémy; Voyé, Servais, 1990).

Nessa perspectiva de interpretação, *espaço* passa a ser entendido, sociologicamente, como lócus de convergência e interação social, exatamente por dar sentido à presença e fluxos de atores distintos, que participam da “transação social”, possibilitando a integração analítica das categorias urbano-rural.

Em Jean Rémy, a transação social – que é uma forma de sociabilidade/interação social – é um modo de comportamento difundido na vida cotidiana, através do qual se constrói na ação recíproca o

sentido do jogo social. Ela decorre dos processos de *afiliação* (integração funcional) e *desfiliação* (baixa coesão social; sentimento de estar fora do jogo).

Na cidade, seja metrópole ou intermédia, as configurações dos espaços sociais são ambíguas (afiliações e desfiliações), onde a construção de um estilo de vida moderno, no contexto binário rural/urbano, caracteriza-se pelo hibridismo cultural – refratário e acessível, concomitante, ao que ainda é considerado “local” e “estrangeiro”, “tradicional” e “moderno”, paradoxalmente. Em meio a contrastes e similaridades, a estética da cidade acaba por refletir tais ambivalências sociais, suscitando modos de apropriação do espaço que expressam estilos de vida.

Pode-se identificar nos estudos sobre habitação e moradia popular – nas diversas modalidades de financiamento – os elementos primários de apropriação do espaço e construção de estilo de vida, especialmente em cidades intermediárias, como é o caso de Montes Claros, onde o Programa “Minha Casa Minha Vida-PMCMV”ⁱⁱ passou a ser a principal referência de financiamento dos empreendimentos imobiliários para a população de baixa renda.

No Brasil, o projeto financiado pela Caixa Econômica Federal tem possibilitado às famílias de baixa renda acesso mais facilitado ao crédito imobiliário, apesar do alto grau de endividamento das famílias de classe média e demais trabalhadores, principalmente a partir de 2009, com a expansão do consumo e investimentos domésticos. Os institutos de investigação detectam no país um aumento da “confiança e na ampliação de oportunidades”, inclusive nos segmentos assalariados, apesar da crise mundial, escassez de reformas estruturais no país e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 2011 e 2012.

A mudança de concepção de cidade média para a de intermediária

No Brasil, cidades pólo regional como Montes Claros, em geral, são definidas tecnicamente como sendo “cidades médias”, como forma mais usual de classificação morfológica dos aglomerados urbanos em censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A utilização desse conceito possibilita, por exemplo, ao geógrafo, dimensionar o crescimento populacional em relação às metrópoles, considerando indicadores socioeconômicos e tamanho demográfico das cidades.

No entanto, a noção sociológica de *intermédiaire* (Gault, 1986), no sentido qualitativo utilizado principalmente pelos cientistas sociais em Portugal e França, se refere aos aspectos que lidam com o fenômeno da mobilidade social, numa perspectiva evolutiva das cidades de média dimensão, tendo em vista que *cidades interme-diárias* – como é o caso de Montes Claros – constituem-se de interseções, de elos comunitários e fortuitos, de encontros e também de passagens. Articulam centros de decisões, setores médios e aglomerados de assentamento precário, pressupondo um estado de transição, mediação e de “transação social”.

O urbano modifica-se permanentemente, com a cidade sendo o lugar por excelência de interação entre indivíduos e grupos sociais que, embora em posições distintas uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência de trocas mediante a partilha de uma unidade social: o espaço, onde se detecta ações e interesses de diferentes atores. As espacializações na vida urbana, normatizadas pelas instituições, incluindo o Estado, são, por sua vez, elementos determinantes da gramática dos conflitos e das relações sociais. Exercem de variadas lógicas e formas de apropriaçãoⁱⁱⁱ no jogo cotidiano da “transação social” (Rémy; Voyé, 1994).

O estatuto teórico da noção de espaço em Rémy é claramente influenciado pela dialética interativa de Simmel (2004) e, ainda, pela trilogia proposta por Lefebvre (1974), que, numa abordagem marxista, distingue o espaço concebido, o da representação abstrata que expressa na racionalidade o valor de troca; o espaço vivido, das diferenças e experiências cotidianas; e o espaço percebido, das práticas oriundas de atos, valores e relações sociais.

Tais distinções possibilitam pensar a cidade e o rural “como conceitos interpretativos”, onde as configurações e dinâmicas sociais são ambíguas e apresentam-se em forma de contrastes e similaridades, em manifestações “tradicionais” e “modernas” de vida social, cuja dimensão sociocultural se expressa, empiricamente, nos estilos de habitação, ordenamento territorial, planejamento e gestão local e formas de ocupação de áreas públicas e privadas.

A teoria sociológica do espaço dimensiona, de um lado, a visão estrutural da realidade da cidade e do rural e, do outro lado, a da vida cotidiana, na base territorial de interação social, entrelaçando essas abordagens num mesmo esquema analítico, como o da “transação social” no urbano^{iv}. Portanto, a problemática do espaço orienta estudos qualitativos sobre adensamentos sociais e mobilidades em zonas urbanas e periurbanas, cujos modos de espacializações suscitam um *olhar* ampliado e sugestivo de “apreensão social”, a fim de revelar situações-limite.

No Brasil, principalmente nos últimos 30 anos, as cidades passaram por intensas mudanças estruturais e sociais, sejam metrópoles ou cidades “intermediárias”. Desde então, o fluxo contínuo se intensifica, suscitando desafios e estratégias de intervenção pública. O estilo de vida nas cidades, nos diversos segmentos sociais, altera-se profundamente, seja em comunidades rurais ou em centros urbanos, tendo a cidade como expressão de situações-limite.

Apesar dos custos do financiamento para aquisição da casa própria, a política habitacional reorienta o comportamento social e contribui para o aumento da auto-estima das famílias conviventes do PMCMV, conforme atestam diagnósticos para elaboração do plano plurianual 2008-2011. No entanto, famílias em situação de vulnerabilidade social, ainda sem acesso ao sistema oficial de habitação, continuam a desenvolver meios de sobrevivência e ajuda mútua, o que implica em construção de laços de solidariedade. A autoconstrução, persistente também em Montes Claros, é um processo penoso que exige esforço das famílias e vizinhança. São situações que se inserem no contexto transitório da cidade intermediária, por conta do forte fluxo populacional e do fenômeno social da mobilidade.

Lógicas de apropriação de espaço

Em um dos seus estudos “A cidade: rumo a uma nova definição?” (1994), tendo como co-autora Liliane Voyé, Jean Rémy desenvolve sua abordagem interpretativa inspirando-se no conceito original de Simmel de “proximidade e distância” para tentar elaborar o diagnóstico do fenômeno social da mobilidade.

Essa obra de “sociologia do espaço” procura identificar características específicas de pré-urbanização, de transição ou de industrialização e de urbanização, associando, num mesmo processo analítico, o rural e a cidade. É uma de suas tentativas de compreensão heurística da organização do espaço, tendo como referenciais empíricos a identificação de trajetórias sociais que resultam da interação da vertente estrutural, ligada a interesses de empreendedores imobiliários, consumidores, produtores e de agentes sociais, sob a mediação dos poderes públicos.

Além de discutir lógicas gerenciais e de planejamento urbano, o principal interesse de Rémy e Voyé, nesse estudo, empreende uma ruptura epistemológica com paradigmas funcionalistas, economicistas e culturalistas, dando centralidade à lógica de apropriação dos espaços já constituídos, articulados com a abordagem de estrutura social. Suas análises procuram extrapolar o contexto belga, com os autores fazendo sistematicamente referências a diferentes cidades e lugares, como também aos “bairros de lata”, numa referência clara à situação de precariedade habitacional na América Latina.

Considerações Finais

A partir das contribuições epistemológicas de Jean Rémy, consideramos que o estudo interpretativo do fenômeno urbano e de suas dinâmicas socioculturais pressupõe a construção de um paradigma sociológico que possa ir além da visão funcionalista de “urbanismo”. Em Rémy, o estudo da urbanização – incorporando o rural – procura dar conta não somente de seus aspectos morfológicos e elementares da construção do espaço vivido, e do trânsito de pessoas, mas lida heurísticamente com a problemática do fluxo de mensagens e de idéias na vida cotidiana.

A nossa abordagem se ampara na tese de que o espaço social não é homogêneo, ao contrário, é conflituoso e antagonico. Assim, a “Sociologia do Espaço” de Rémy pode contribuir na compreensão das múltiplas modalidades de expressão de oposições sobre os valores que os indivíduos constroem no dia-a-dia, na cidade e no rural. Assim, o pressuposto é de que agentes e atores sociais têm desafios comuns sobre interesses parciais, mas simultaneamente solidários e opostos, numa construção permanente de recursos, individuais e/ou coletivos e nas formas de apropriação do espaço, onde prevalecem ambigüidades latentes às práticas sociais.

Referências

- Balsa, Casimiro (Org.) (2006). *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Rémy*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.
- Lefebvre, Henri (1974). *La Production de l'Espace*. Paris: Ed. Anthropos.
- Gault, Michel (1986). *Villes intermédiaires pour Europe?* Paris: Syros Alternatives.
- Rémy, Jean (1995). *As modas, as posições intermédias e as espacializações do social*. Porto: Sociedade e Território, nº 21, março.
- Rémy, Jean; Voyé, Liliane (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.

ⁱ Embora circunscritas ao contexto europeu, especialmente na França nos anos 1970, as discussões epistemológicas sobre a “transação social” – incrementadas nos anos 1990 por Jean Rémy e sua equipe de colaboradores da Universidade de Lovaina (Bélgica) – têm sido fundamentais para estudos sobre relações sociais de espaço, cujo foco analítico demanda novas perspectivas de interpretação sociológica nos estudos sobre cidade e rural. Pós anos 1990, o debate sobre “transação social” desencadeou-se principalmente no âmbito do Comitê de Pesquisa “Transactions Sociales”, da Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa.

ⁱⁱ No Brasil, o Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) atende demandas de diversos segmentos sociais, especialmente da população de baixa renda, o qual possibilita que as famílias beneficiárias possam “realizar o sonho da casa própria” (Caixa Econômica Federal). O projeto teve início em 2009, ampliado em 2010 e até o final de 2014 pretende construir ou reformar 3 milhões de moradias para famílias com renda mensal até 10 salários mínimos.

ⁱⁱⁱ Quando utilizamos o termo “apropriação” estamos lançando mão da análise dos *recursos* construídos pelos indivíduos, à medida que interagem no espaço social. Ou seja, como discute Balsa (2006, p. 10), “a compreensão do modo particular como os atores investem no social”.

^{iv} Nos termos epistemológicos discutidos atualmente pela Sociologia Urbana, a partir do legado de Henri Lefebvre, o *urbano* passa a ser compreendido como uma unicidade, uma não-dualidade, uma expressão de totalidade que realçaria o fim da polaridade rural-cidade em sociedades contemporâneas. O conceito de *urbano* estaria alçado à condição de um paradigma dinâmico, que expressa uma espécie de metástase que se disseminou nas sociedades sob a égide da industrialização.